

PALHARES MOREIRA REIS

Doutor em Direito Constitucional

Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco

Professor Catedrático Honorário da extinta Universidade Moderna de Portugal

Membro Fundador da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas

Membro Fundador da Academia Pernambucana de Ciências Morais e Políticas

Membro da Associação Brasileira de Constitucionalistas (Instituto Pimenta Bueno)

Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas

Advogado

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA MAGISTRADO

**EDITORA
CONSULEX**BRASÍLIA-DF
2014

Livros do mesmo Autor

- Instituições Políticas Brasileiras da Atualidade, 1962, 2. v. (esgotado).
 Tendência Política da Cidade Cruel, 1965 (esgotado).
 O Estado e seu Ordenamento Jurídico, 2. ed., 1979 (esgotado).
 Reitorado Murilo Guimarães (1964-1971), 1971.
 Realidade Eleitoral Brasileira, 1982.
 Teoria dos Regimes Políticos, 1982 (esgotado).
 Introdução à Ciência Política, 4. ed., 1983 (esgotado).
 O Estatuto do Magistério Superior Federal: uma Consolidação, 1985 (esgotado).
 As Duras Eleições Nordestinas, 1985.
 Os Servidores, A Constituição e o Regime Jurídico Único, reimpress. 1996 (esgotado).
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 1. v., 1997.
 As Eleições Indiretas no Brasil, 2. v., 1999.
 Cinco Estudos sobre Partidos Políticos, 1999 (esgotado).
 Processo Disciplinar, 1997; 2. ed., 1999.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 2. v., 2000 (esgotado).
 O Poder Político e seus Elementos, 3. ed., 2000.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 3. v., 2001.
 Discursos e Ensaios Biográficos, 2002.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 4. v., 2003.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 5. v., 2004.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 6. v., 2005.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 7. v., 2006.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 8. v., 2007.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 9. v., 2008.
 As Leis Complementares na Constituição de 1988, 2007.
 A Constituição da Inglaterra, 2008.
 Cartas à Redação, 2009.
 A Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, 2009.
 Reclamação Constitucional e Súmula Vinculante, 2010.
 As Restrições Legais ao Processamento de Recursos, 2011.
 Estudos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, 10. v., 2012.
 Admissão ao Serviço Público Federal, 2012.

Entregues para publicação:

- Processo Administrativo Disciplinar contra Magistrado
 Processo Disciplinar, 3. ed.

Diretora e Editora: ADRIANA ZAKAREWICZ
 Direção Gráfica: JOSÉ TENÓRIO P. DE BRITO
 Editoração: CHARLES AUGUSTO
 Capa: MARCOS ANTONIO PEREIRA
 Revisão: CARMEM LÚCIA A. DIAS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

EDITORA CONSULEX

SHIS QL 6, CONJUNTO 4, CASA 2, CEP 71620-045, BRASÍLIA-DF
 TEL. (061) 2104 1277 FAX (061) 2104 1276
 www.consulex.com.br

SUMÁRIO

Apresentação, 9

Prefácio, 21

PRIMEIRA PARTE

PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

1. Controle e punição das atividades irregulares dos agentes públicos no Direito brasileiro

1. Controle e punição das atividades irregulares no Direito brasileiro, 31
2. A apuração de responsabilidade dos parlamentares, 35
3. A responsabilidade do presidente da República, 39
4. A responsabilidade dos Governadores e Secretários de Estados, 41
5. A responsabilidade do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União, 42
6. Os julgamentos políticos do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, 43
7. Os crimes de responsabilidade dos ministros do Supremo Tribunal Federal, 45
8. O processo e o julgamento dos crimes de responsabilidade, 46
9. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade de governadores e desembargadores, 49
10. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores, 50
11. A posição dos Conselheiros do Tribunal de Contas estaduais, 51

2. Os magistrados, suas prerrogativas e as normas regulamentares do CNJ

1. Garantias constitucionais ofertadas a magistrados, 55
2. A composição dos juízos e tribunais na Constituição, 69
3. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN, 85
4. A vitaliciedade dos magistrados, 92
5. A inamovibilidade dos magistrados, 97
6. A irredutibilidade dos subsídios, 102
7. Os deveres dos magistrados, 107
8. O deslocamento da competência para o Supremo Tribunal Federal, 114

3. **O Conselho Nacional de Justiça, suas prerrogativas e normas regulamentares**
 1. O Conselho Nacional de Justiça e as sanções a magistrados, 129
 2. A Corregedoria Nacional de Justiça, 163
 3. O Conselho Nacional da Magistratura, 171
 4. Os Conselhos de Magistratura nos Estados, 173
 5. O Conselho da Justiça Federal, 174
 6. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, 176

SEGUNDA PARTE

AS PENALIDADES APLICÁVEIS AOS MAGISTRADOS

4. **As penalidades aplicáveis aos magistrados**
 1. As penalidades aplicáveis aos magistrados, 181
 2. As opiniões expendidas em decisões não podem ser alvo de reprimenda, 185
 3. As penalidades disciplinares aplicáveis aos magistrados, 187
 4. O procedimento para a aplicação das reprimendas, 194
 5. Não cabe *habeas corpus* para impedir o processo de apuração de irregularidades, 196
 6. A avocação dos processos pelo CNJ, 198
 7. Os prazos de prescrição, 201
 8. Prazos de prescrição da lei penal, 208
 9. Da interrupção da prescrição, 210
 10. Reinício do prazo prescricional, 212
5. **As sanções disciplinares de advertência e de censura**
 1. A aplicação da pena de advertência a magistrado, 219
 2. A operacionalização para a aplicação da sanção disciplinar de advertência, 223
 3. Situações previstas para a sanção disciplinar de advertência, 226
 4. A aplicação da pena de censura a magistrado, 229
 5. Alguns exemplos de aplicação da censura, 233
6. **A remoção compulsória**
 1. Remoção no serviço público, 237
 2. A remoção de magistrados e seus limites, 238
 3. A remoção voluntária de magistrados, 239
 4. A remoção compulsória de magistrados, 242
 5. A aplicação da penalidade de remoção compulsória, 244
 6. Procedimentos para aplicação desta penalidade, 245

- 7. A disponibilidade como penalidade**
 1. A disponibilidade como ato administrativo e como ato punitivo de magistrado, 253
 2. Procedimento para a decisão, 258
 3. A remuneração durante a disponibilidade, 260
 4. A aposentadoria do magistrado em disponibilidade, 260
 5. Retorno do magistrado à atividade, 262
 6. A competência para decisão sobre a disponibilidade como penalidade, 264
 7. Magistrado em disponibilidade e outra função, 265
- 8. A aposentadoria compulsória**
 1. O entendimento geral sobre aposentadoria no serviço público, 267
 2. A aposentadoria compulsória de servidores, 269
 3. A aposentadoria compulsória como punição a magistrado, 270
 4. O Conselho Nacional de Justiça e a avocação dos processos de aposentadoria, 274
- 9. Perda do cargo de magistrado**
 1. A penalidade de perda do cargo, 279
 2. A perda do cargo de magistrado, 280
 3. A perda do cargo de magistrado vitalício, 282
 4. A perda do cargo de magistrado não vitalício, 285
 5. O aposentado e a eventualidade de posterior perda do cargo judiciário, 289
 6. Inconstitucionalidade sem redução de texto, 292
 7. Limitações na formação do processo para perda de cargo por magistrado, 297
 8. Alguns casos noticiados, 298
 9. A perda do cargo em decorrência de condenação criminal, 299
 10. Uma proposta de Emenda Constitucional, 299

TERCEIRA PARTE

AS PROVAS NO PROCESSO DISCIPLINAR CONTRA MAGISTRADOS

10. Das provas e sua apreciação

1. Das provas no processo administrativo disciplinar contra magistrado, 325
2. A norma regimental do CNJ sobre a atividade probatória, 335
3. A prova emprestada, 339
4. A prova obtida por meios ilícitos, 341

5. A prova pericial, 342
 6. Reconhecimento de pessoa ou de coisa, sua busca e apreensão, 343
 7. A prova indiciária, 346
 8. A escuta telefônica, 347
 9. Posição do STF sobre coleta de provas alegadamente irregular, 348
- 11. As provas documentais e periciais**
1. A prova documental, 349
 2. Noção de documento, 351
 3. A prova pericial, 354
 4. A reprodução simulada, 356
 5. Acompanhamento pelo magistrado acusado, 356
- 12. A prova testemunhal**
1. Testemunhas e informantes, 361
 2. A convocação de testemunhas, 373
 3. O depoimento, 376
 4. A acareação entre testemunhas, 380
 5. Sanidade mental de testemunha, 382
 6. Falso testemunho, 382
 7. Avaliação da prova testemunhal, 383
- 13. Depoimento pessoal do acusado**
1. Depoimento pessoal do acusado, 385
 2. A presença do advogado do acusado, 387
 3. A presença do acusado na audiência, 389
 4. O direito à não autoincriminação, 391
 5. Confissão do acusado, 400
 6. A participação do advogado do acusado, 402
 7. Participação do Ministério Público, 404
 8. Sanidade mental do acusado, 405

QUARTA PARTE

RITOS PROCEDIMENTAIS PARA O APENAMENTO DOS MAGISTRADOS

- 14. O conhecimento das irregularidades cometidas por magistrados**
1. Os meios de comunicação de irregularidades cometidas por magistrados no exercício de suas funções, 411
 2. A subsidiariedade na competência investigativa do Conselho Nacional de Justiça, 414

3. A possibilidade do sigilo na apuração, porém com julgamentos públicos, 435
 4. Os procedimentos disciplinares na Corregedoria Nacional de Justiça, 436
 5. Exame de representações, 438
 6. A reclamação disciplinar, 441
 7. Da representação por excesso de prazo, 446
 8. A sindicância contra magistrado, 450
 9. O pedido de providência, 461
- 15. O rito preliminar do procedimento disciplinar**
1. Instauração de processo disciplinar contra magistrado, 467
 2. A deflagração do processo e a sindicância investigativa, 485
 3. Impedimento e suspeição de membro do Tribunal apurador, 502
 4. O procedimento da instauração do processo disciplinar, 506
 5. As comunicações ao Conselho Nacional de Justiça, 513
 6. O afastamento preventivo do acusado de suas funções, 514
 7. A notificação e a citação do magistrado, 521
 8. Citação por edital, 524
 9. A coleta de provas, 525
 10. Prazo e vista do processo para defesa, 528
 11. A revelia, 531
 12. Defesa própria, por advogado ou por defensor dativo, 534
 13. Apresentação da defesa, 536
 14. O defensor dativo, 538
 15. Vista para as alegações finais, 541
 16. A aposentadoria no curso do processo, 544
- 16. Rito processual e julgamento nos tribunais**
1. As alegações finais, 547
 2. O prazo comum a mais de um acusado, 549
 3. A sessão de julgamento, 555
 4. O relatório do processo, 558
 5. A sustentação oral da defesa e a intervenção do Ministério Público, 559
 6. Votação, 560
 7. Decisão, 560
 8. Publicação da decisão, 566
 9. Indício de crime, 569
 10. Ausência de possibilidade recursal, assegurada a revisão em situação especialmente prevista, 572

11. Inexistência de duplo grau de jurisdição obrigatório na Carta Maior, 575
12. Apelo ao Supremo Tribunal Federal das decisões punitivas das Cortes, 577
- 17. Processos contra magistrados no Conselho Nacional de Justiça**
 1. A atividade censória inicial do Conselho Nacional de Justiça, 579
 2. O Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do CNJ, 580
 3. A avocação de processos disciplinares, 583
 4. Da revisão disciplinar, 589
 5. Fundamentos do pedido de revisão, 592
 6. Substituição no direito de pedir, 593
 7. O fundamento do pedido e a sua comprovação, 596
 8. O arquivamento liminar, 598
 9. O prosseguimento do julgamento do pedido revisional, 600
 10. Os recursos administrativos, 605
 11. Irrecorribilidade das decisões, 607
 12. Apelo ao Supremo Tribunal Federal das decisões do CNJ, 608
- 18. Justificação de conduta**
 1. A justificação de conduta no caso de magistrado, 615
 2. A justificação de conduta na Justiça Federal, 616
 3. Os procedimentos deste tipo de averiguação, 617
 4. A justificação de conduta nas Forças Armadas, 618
 5. Os procedimentos relativos às Forças Armadas, 620

QUINTA PARTE

ANEXOS DOCUMENTAIS

19. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, 625
20. Lei Orgânica da Magistratura Nacional, 659
21. Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, 683
22. Lei sobre Processos Administrativos, 693
23. Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, 701
24. Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça, 729
25. Resolução nº 135, de 13 de julho de 2011, do CNJ, 743
26. Código de Ética da Magistratura Nacional, 749
27. Bibliografia referida, 753
28. Notícia Biobibliográfica sobre o Autor, 757